

constelações

ensaios do corpo



SINÉAD GLEESON

TRADUÇÃO
Maria Rita Drumond Viana

/re.li.cá.rio/

“Ao censurar o corpo, censura-se,
ao mesmo tempo, o fôlego, a fala. Escreve-te:
é preciso que teu corpo se faça entender.”

Hélène Cixous, *O riso da Medusa*

(trad. Luciana Deplagne)

“Empiricamente falando, somos
feitos de matéria estelar. Por que
não falamos mais sobre isso?”

Maggie Nelson, *Argonautas*

(trad. Rogério Bettoni)

“Fiquei de pé sob a bandeira da
maternagem e abri minha boca,
embora eu não soubesse o hino.”

Liz Berry, *The Republic of Motherhood*

[*A républica da maternagem*]

“Talvez seja o corpo a única pergunta que
uma resposta não consegue extinguir.”

Ocean Vuong, “Immigrant Haibun”,
Night Sky with Exit Wounds

[“Haibun imigrante”, *Céu noturno com feridas de saída*]

11

Apresentação

17

Colinas azuis e ossos de giz

35

Cabelo

51

60.000 milhas de sangue

77

Sobre a natureza atômica
dos trimestres

93

Panóptico: visões
do hospital

105

As luas da maternidade

123

As assombrações das
mulheres assombradas

137

Onde dói?
(vinte histórias baseadas no
questionário de dor de McGill)

157

A ferida emite luz própria

171

Doze histórias de
autonomia corporal
(para as doze mulheres que
partiam todos os dias)

183

Uma não carta para
minha filha
(que tem nome de rainha
guerreira)

189

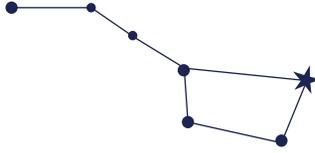
Eu sei o que é primavera:
(Clarice, crônicas e Corcovado)

212

Sobre a autora

213

Sobre a tradutora



Doze histórias de autonomia corporal

(para as doze mulheres que partiam todos os dias)

Até 2018, era impossível falar sobre o corpo na Irlanda e não discutir o aborto. É especialmente difícil evitar o assunto quando se é uma mulher que escreve sobre o corpo e o que ele pode enfrentar e suportar. A experiência de um corpo, da vida de um indivíduo, é um arco existencial: um conjunto solitário de circunstâncias que afetam apenas aquela pessoa. Antes do referendo de 2018, a Irlanda não via a pessoa como um ser distinto. A legislação baseava-se em leis genéricas, cobrindo todas as mulheres com as mesmas restrições legais. Até os resultados do referendo entrarem em vigor, nenhuma mulher na Irlanda podia obter uma interrupção médica sem que fosse atendido um conjunto de parâmetros muito específico e restrito. Em muitos desses cenários, sua solicitação poderia, ainda assim, ser negada. Outra pessoa, alguém que não estava vivendo uma gravidez indesejada ou em crise, decidia o que era melhor. Para quem não é uma mulher irlandesa, faz-se necessário mais contexto, porque essas situações não surgem do nada, essa massa imponente de controle e de restrição.

No ano de 1983, deu-se um referendo sobre o aborto cujo efeito prende seus tentáculos em todas as votações e debates subsequentes. Votou-se pela inclusão de uma cláusula – a 8ª Emenda – na

Constituição, dando o mesmo direito à vida para a mãe grávida e o feto, fosse ele um embrião de uma semana ou próximo ao limite de viabilidade de 23 semanas, tornando-os não apenas fisicamente, mas legalmente umbilicais. Pense naqueles primeiros dias e semanas, no estágio de um bolo de células, o estágio em que ainda nem se é um bebê. Essa lei impactou a vida de muitas meninas e mulheres. Desde 1980, mais de 150.000 mulheres partiram da Irlanda para buscar o aborto. As divisões entre o corpo e o útero tornaram-se indistintas, um vaso dentro de um vaso. O corpo físico não pertencia totalmente a sua dona caso o útero dentro dele contivesse uma gravidez indesejada ou não planejada. Há todo tipo de gente pronta para fazer fila e lembrar as mulheres disso.

Era julho de 2017, em uma rua de Dublin, e centenas de pessoas estavam marchando. A demografia impressionava: eram principalmente homens e mulheres velhos, que franziam o rosto com raiva dos manifestantes pró-escolha que se enfileiravam na rua, contrapondo-se a eles. Um velho na calçada gritava “Assassinas!” para as mulheres. A marcha, organizada por um conglomerado de grupos antiaborto, era nomeada “Manifestação pela vida”. Empunhando cartazes afirmando “amar a ambos” – mãe e feto –, aquele era um grupo de pessoas com medo, mas não devido a seu entendimento da morte do “nascituro”. E o uso da definição de “nascituro” é importante. O movimento antiescolha sempre igualou “feto” a “bebê”, mas usa a imprecisão do termo “nascituro” politicamente, uma síntese que não chega nem perto de capturar as complicadas especificidades de cada gravidez.

Em meio aos estandartes da Virgem Maria (padroeira da humanidade, não da castidade ou da virgindade) e de Nossa Senhora de Guadalupe (padroeira dos nascituros), continuam rua abaixo, uma relíquia coletiva do passado. Não é uma questão de idade – muitos de seus contemporâneos são pró-escolha –, mas eles representam uma cápsula do tempo, de volta aos anos 1950 e seus pronunciamentos

sobre a vida das mulheres. Apesar de toda a sua religiosidade, a falta de compaixão pelas mulheres grávidas é de tirar o fôlego.

O mais santo dos fiéis não vê nada de errado em empunhar pôsteres com imagens explícitas ou dizer às mulheres que elas vão para o inferno. Tal multidão é uma representação raivosa de uma mentalidade que, por décadas, opôs-se à contracepção, resultando em milhares de gravidezes indesejadas. Gravidezes que foram uma pedra de moinho para gerações de mulheres jovens, atiradas coletivamente ao mar com bebês “ilegítimos”, envergonhadas por toda sua vida e enviadas à força para lavanderias de Madalena e casas de mães e bebês, instituições controladas pela Igreja Católica. Nessas pseudoprisões, eram mercantilizadas tanto mãe quanto criança. Os recém-nascidos irlandeses eram moeda corrente; removidos contra a vontade de suas desnordeadas jovens mães e adotados ou vendidos. Essas mulheres eram uma fonte adicional de remuneração para freiras e lares de idosos particulares, que as matavam de trabalhar para seu próprio lucro. “Entrem, meninas! Tomem aqui o macacão de seu uniforme e entreguem logo seus bebês!”



Alguns anos atrás, participei de um festival literário e li trechos de minha obra, tanto de ficção quanto de não ficção, que faziam referência ao aborto. Depois, durante a sessão de perguntas, outra escritora da mesa-redonda – uma ex-nova-iorquina inteligente e engraçada – me diz que sou uma escritora política. “Ah sou?” Nunca pensei nisso e, em resposta à minha surpresa, a escritora pensa que estou ofendida (nem estou). Me pergunta se rejeito essa ideia (não rejeito mesmo) ou se os temas anatômicos da minha escrita se conectam à política do corpo. O que é bem óbvio que sim. Não importa o que ou como se escreve sobre o corpo feminino – desde sua reprodução a sua sexualidade, da doença à maternidade –, ele é

politizado. Mulheres são reduzidas ao meramente físico: fica mais fácil desconsiderá-las assim. Decidir, governar e legislar por elas. Mas as coisas estão mudando. Nosso bando aumentou; nossas vozes estão mais altas. Na preparação para a campanha do referendo, amigas minhas foram a público com histórias de seus abortos, para mostrar a realidade e o impacto que a decisão teve em suas vidas.



Era 8 de maio de 2018, dezessete dias até o referendo do aborto, e eu estava parada na porta da casa de estranhos. Em algum lugar lá dentro, um cachorro latia sem parar. Respirei fundo e esperei que os contornos de alguém aparecessem por trás do vidro fosco. Estava angariando votos antes do referendo no final daquele mês. De pé diante da porta, como muitas que visito naquela noite, a ocupante disse que votaria “Sim”. O único “Não” resoluto foi de uma jovem que disse que aborto era assassinato.

“Mesmo que a vida da mãe esteja em risco?”, pergunto.

“Deus é bom. Ele decidirá”, ela responde.

Agradei e segui em frente. Em outras noites, os “nãos” eram desanimadores, ainda mais quando vinham de mulheres. A maioria das minhas sondagens durante a campanha nessas ocasiões trazia um resultado esmagador para o “Sim”, mas ninguém queria ser presunçoso com o resultado em 25 de maio.



Em 1992, a história de uma menina dublinense, grávida aos quatorze anos, dominava os noticiários. A situação – uma criança carregando outra criança – já seria assustadora e desconcertante o suficiente, antes mesmo de revelar-se o horror de aquela gravidez ter resultado de um estupro. Um homem de quarenta e poucos anos, conhecido

de sua família, havia abusado sexualmente da menina durante anos. Pensei muito sobre essa menina. Tentava imaginá-la: tinha cabelo comprido ou curto? Tinha algum animal de estimação? Gostava de música? Seu rosto era pontilhado de sardas? Ela era, sem dúvida, pequena, mas sua pequenez não a protegia.

Diante dessa situação inenarrável, ela e seus pais decidiram pela interrupção – mas esta era a Irlanda: católica, tradicional, reacionária. O estupro foi denunciado à polícia e, após consulta sobre o teste de paternidade, sua família comunicou o desejo da menina de viajar ao Reino Unido para fazer o aborto. Assim que partiram, a polícia entrou em contato com o procurador-geral, que emitiu uma liminar com base na 8ª Emenda. Um recurso foi apresentado ao Supremo Tribunal pela equipe jurídica da menina, enquanto em Londres ela disse à mãe que queria tirar a própria vida. O Tribunal acabou suspendendo a liminar, permitindo que o aborto induzido prosseguisse, mas o estresse e o trauma das semanas anteriores foram demais para a menina e ela teve um aborto espontâneo.

Naquele mesmo ano, foi proposto então novo referendo com outras três emendas à Constituição. Eu tinha acabado de completar dezoito anos e era a minha primeira oportunidade de votar em algum tipo de processo democrático. A experiência foi tridimensional. Percorrendo-a em minha mente, havia tribunais e prédios cívicos, martelos e urnas, um x preto num quadradinho branco. Pessoas gritando com cartazes contendo imagens de fetos mortos. Aos sábados, no centro da cidade, elas coletavam assinaturas, ladeadas por aqueles mesmos cartazes do que pareciam ser cavalos-marinhos pigmeus, fragmentos de vida. As imagens são – como deveriam ser – imponentes e sinistras, olhos escuros no meio da carne difusa. Mas e essa garota de quatorze anos? Menos de uma década e meia mais velha que o feto. Eu pensava apenas nela: o medo, o horror da situação, o silenciamento de suas opiniões. Como é ser tratada tanto como adulta sexualizada quanto como criança, à mercê do Judiciário.

Como um sistema pode brutalizar e trair seus mais jovens cidadãos. E essa é a diferença entre a garota e as células que ela carregava. Personalidade. Cidadania.

A Irlanda desdenha de suas meninas. O Estado pode se opor e de fato se opõe ao que uma família/uma mulher/uma pessoa grávida acredita ser de seu interesse. Uma menina nascida não tem mais direitos do que um feto ainda não nascido. Dentro deste patriarcado em que vivemos, existe a crença, mesmo em casos como esse, de que alguém que engravidou foi, de alguma forma, conivente com o resultado; de que elas “sabiam o que estavam fazendo”. Só conseguem se colocar no lugar de algo que não pode sobreviver fora do corpo de uma mulher.



Era maio de 2018 e uma semana antes do referendo. Todo mundo estava preocupado e cansado. Dublin parecia esfacelada e à beira de um precipício. Presidi um painel literário no condado de Longford, e a cidade estava repleta de cartazes com “Não”. Os dois únicos “Sim” que vi foram vandalizados. O referendo não ficava ao largo de nenhum pensamento que eu tinha enquanto estava acordada. Todas as mulheres que conheço mal conseguiam dormir. Algumas confessavam cair em crises de choro sem motivo aparente. A admissão de uma parente de que votaria “Não” me soa como traição. Tivemos uma longa conversa ao telefone, ao final da qual ela me disse que havia mudado de ideia. Uma amiga escritora ouviu um grupo de rapazes de vinte e poucos anos conversando no trem. Um deles, cheio de arrogância, dizia que “não quer dar isso para elas”, insinuando que as mulheres são arrogantes e pedem demais ao querer ter controle sobre seus corpos. Mas também havia outros homens: gentis e compassivos. A campanha e os folhetos estavam cheios deles, ao nosso lado, reconhecendo o que está em jogo. Todos nós

desejávamos que chegasse logo o 26 de maio, com as urnas apuradas e a Irlanda finalmente admitindo que a lei precisava mudar.



Em 2012, Savita Halappanavar, de 31 anos, morreu em Galway após complicações decorrentes de um aborto espontâneo que virou uma sepse. Os trágicos detalhes da história – como era jovem e como piorou rapidamente – chocaram a todos. Quando ela implorou pela interrupção que teria salvado sua vida, uma parteira disse que não era possível, porque “este é um país católico”. Sua morte foi cruel e evitável. Foi também quando a maré virou, fazendo mudarem de ideia muitos que anteriormente não se consideravam pró-escolha. Causou protestos e estimulou milhares de pessoas a pressionarem pela reforma da Constituição. O nome de Savita estava em todas as bocas em 2018. Seus pais exortavam o país a votar “Sim”.



À medida que o referendo se aproximava, outras histórias sobre o sistema de saúde começavam a emergir. Uma delas trazia à tona casos de mulheres que foram submetidas a testes papanicolau de rotina no âmbito do programa nacional de saúde para prevenção do câncer de colo de útero. Acreditava-se que mais de duzentas mulheres teriam recebido resultados errados durante as triagens e que dezessete morreram após terem sido liberadas.

Como podemos pensar que os corpos das mulheres irlandesas não são políticos? Uma semana após o referendo, o presidente irlandês Michael D. Higgins convidou caravanas de mulheres para a *Áras an Uachtaráin* (sua casa presidencial). Mulheres sobreviventes das lavanderias de Madalena. Encarceradas pelo Estado e pelas ordens religiosas, obrigadas a trabalhar sem remuneração, humilhadas por

estarem grávidas, por serem “decaídas” ou promíscuas. A história de subjugação das mulheres irlandesas é longa e complexa, ligada tanto ao passado quanto ao presente – e o peso dessa história recaiu sobre o referendo de 2018.



Na noite em que a Lei de Proteção à Vida Durante a Gravidez foi aprovada, em 2013, assisti à votação dentro do *Dáil*, a câmara baixa do parlamento irlandês. A lei descriminalizava o aborto quando a gravidez colocasse em risco a vida da mulher, incluindo o risco de suicídio, mas continha vários critérios rígidos para que a interrupção fosse realizada. No caminho para a sua sede na Leinster House, passei por uma grande multidão de manifestantes antiescolha. Surpreendentemente, muitos eram adolescentes e mulheres jovens. As mesmas moças que poderiam um dia se ver olhando ansiosamente para a janelinha do teste de gravidez com o coração palpitante.

Se o catolicismo delas era fervoroso e absoluto – abstinência até o casamento, nada de contracepção –, o que fariam se se deparassem com uma gravidez não planejada, seja qual for o motivo? Em 2018, pós-referendo, pensei naquelas meninas, berrando do lado de fora dos prédios do governo com suas camisetas “O aborto interrompe um coração que bate”. Será que ainda abominam a ideia da interrupção? Será que obedientemente levariam a cabo uma gravidez indesejada, mesmo depois de a lei ter mudado? Os grupos que elas representam sempre argumentaram que a questão é moral ou religiosa. Que Deus e a boa moral são razões suficientes para forçar o nascimento de uma nova pessoa. O aborto nunca é visto como apenas uma questão de saúde pública, e, sempre que a campanha antiescolha fala sobre gravidez e feto, o peso da discussão recai sobre o nascituro, não sobre a saúde da mulher. Seu corpo é secundário.

Há sempre o argumento histórico. Que a Irlanda era um lugar muito diferente no passado, embora a 8ª Emenda tenha sido introduzida apenas um quarto de século atrás, uma quantidade de tempo tão curta que podemos estender a mão e encostar nela. Os anos seguintes ao referendo testemunharam a adolescente Ann Lovett morrer em uma gruta durante o parto; Eileen Flynn ser demitida de seu emprego como professora por estar grávida sem estar casada com o pai; e o caso dos Bebês de Kerry, em que Joanne Hayes foi acusada de assassinar seu filho natimorto (em parte porque ela também era solteira).

Para fortalecer esse medo das mulheres e mantê-las forçosamente sob controle, nossa Constituição ainda contém uma cláusula, o Artigo 41.2.1, sobre o lugar das mulheres no lar. (“O Estado reconhece que, por sua vida dentro do lar, a mulher dá ao Estado um sustento sem o qual o bem comum não pode ser alcançado” e “O Estado deve, portanto, oferecer condições para que as mães não sejam obrigadas, por motivos de necessidade econômica, a se envolver com o trabalho em detrimento de seus deveres no lar”. Fala-se em um referendo para remover esse artigo.) A história pode ser culpada por atos cumulativos, mas, ao avançar, é dado como certo que esse movimento será em direção ao progresso. Em direção a fins mais democráticos, ideias mais socialmente liberais, que tradicionalmente vêm promovendo causas pela vida das mulheres. A Irlanda mudou – e está mudando –, mas isso não desfaz os danos e traumas infligidos às mulheres.



Na primavera de 2018, estava levando meu filho e minha filha à escola e eles me perguntam sobre os pôsteres de “Não” pendurados em todos os postes de luz. Sobre por que as pessoas estavam falando em assassinar bebês. Meus filhos – que são pequenos o suficiente para

ainda não ter me perguntado de onde mesmo vêm os bebês – não deveriam ter que ver essas imagens perturbadoras. Vacilo entre o dissabor de ter a conversa e o intuito de não soar condescendente. Falo sobre as mentiras dos cartazes, sobre como é triste e complicado para as mulheres. Explico que vamos votar pelo direito à escolha e à saúde e por não tomar decisões pelas outras pessoas. Minha filha faz um pôster para pendurar em nossa janela: *Aqui não entra quem vota “Não”!* Em um dia de encontro das famílias no parque perto da nossa casa, meu filho encontra um homem que está distribuindo broches de “Não” e diz a ele que deveria votar no “Sim”. Essas crianças, que antes eram imagens fetais em uma tela, agora estão cheias de opiniões e perguntas. Embora seja tudo muito complexo, elas estão ouvindo e compreendendo.

Os muitos casos que foram levados à justiça em nome do aborto se acumulam. X, C, D, outro D, A, B, Y, NP. Mulheres transformadas em letras. Faz-se isso por privacidade, especialmente porque algumas são menores de idade, mas trata-se também de um ato de apagamento. Mulheres são organizadas alfabeticamente e, como resultado, são anonimizadas. É mais fácil para quem se opõe aos desejos dessas mulheres negá-los quando a realidade de sua vida é representada apenas por uma letra. X, C e Senhorita D eram menores de idade – todas elas vítimas de estupro –, e seus casos foram julgados a portas fechadas.

D estava grávida de um feto com uma anormalidade fatal. Y era uma requerente de asilo estuprada em seu país de origem. Quando lhe foi recusado o acesso ao aborto e lhe disseram que a gravidez estava muito avançada, ela entrou em greve de fome. O bebê nasceu contra sua vontade, por cesariana, às vinte e cinco semanas. A mulher, que mais tarde entrou com uma ação por invasão de propriedade, negligência, assédio e agressão, foi tratada como uma incubadora. NP, grávida e mãe de crianças pequenas, sofreu uma lesão neural gravíssima e foi mantida viva às custas de aparelhos e contra a vontade de

sua família. O hospital, com medo de violar a Constituição, entendeu que não tinha outra opção a não ser mantê-la viva artificialmente até que o feto nascesse. Seus pais e companheiro discordavam, e a história foi divulgada no noticiário, com detalhes horríveis e angustiantes sobre a condição física da paciente.

As mulheres que não consentiram – ou que não tinham como consentir – com as situações em que se encontravam foram tratadas como grotescos sacos de gestação. Uma Gilead, como em *O conto da aia*, um pesadelo do qual as mulheres irlandesas não conseguiam acordar. Falar do corpo na Irlanda, escrever sobre ele, é enfrentar esse roubo de autonomia. Examinar quem o controla ou tem direito a ele, e por que não existe legislação comparável que afete os homens.



Dois dias depois de minha primeira jornada para angariar votos, fui à ala oncológica de um grande hospital de Dublin fazer um check-up de rotina, para ter certeza de que minha leucemia não tinha retornado. Sentei-me na frente do meu médico e perguntei se ele se lembrava de como houve um contratempo com o anticoncepcional durante meu tratamento. Além de possuir qualidades que podiam salvar vidas, a principal droga que tomei na época também trazia advertências sobre graves danos fetais. Meu médico, um homem gentil e inteligente, mais receptivo que todos os muitos médicos com quem já lidei (somados), ouviu com preocupação na época e me receitou uma pílula do dia seguinte. Perguntei-lhe naquele momento se ele se lembrava do que me disse quando, doente e com medo, questionei o que teria acontecido caso a pílula não funcionasse e eu me descobrisse grávida. Quinze anos depois, ele se lembra exatamente de suas palavras, e responde sem hesitar: “Bem, teríamos que ter uma conversa”. Me pergunto se é por causa da complexidade do meu caso ou porque já teve essa “conversa” com tantas de suas pacientes.

Sei como era impossível manejar a lei naquela época. Que, para uma paciente com câncer, a recuperação – e não a gravidez – é a prioridade. Suas mãos estavam completamente atadas pela realidade da legislação, embora nós dois soubéssemos que ficar grávida era apenas um pouco menos pior para minha saúde do que estar morta. Não gosto de pensar nesse “e se” por muito tempo. Considerar se estaria bem o suficiente para fazer uma viagem a Londres ou Liverpool. Ou se a lei teria me proibido de viajar e concluído que meu tratamento deveria ser interrompido para proteger a gravidez, com consequências fatais para mim.

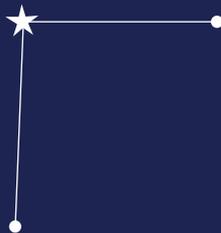


Falar sobre saúde reprodutiva é falar sobre autonomia, agência, escolha e sobre ser ouvida. É também uma questão de dinheiro, classe, acesso e privilégio. A história da Irlanda – para as mulheres – é a história de nossos corpos. O objetivo para o futuro, em sua forma mais básica e despretensiosa, é igualdade, respeito, controle reprodutivo e remuneração isonômica. A mudança foi duramente conquistada. Engrenou por causa de mulheres que falam alto, protestam, marcham, fazem lobby e vão às ruas. Redirecionam suas histórias dos espaços privados para os holofotes públicos. No dia da votação, pensei em todas aquelas mulheres enquanto caminhava para votar com meu filho e minha filha. Estava quente, o sol era promissor, mas tentei não presumir que isso seria algum tipo de falácia patética. Na rua, tirei uma foto da minha filha ao lado da placa da seção eleitoral, seu corpo mostrando traços de suas próprias mudanças. Queria registrar aquele momento na esperança de que fosse o último dia em que seus direitos reprodutivos estariam fora do seu comando. O sol bateu em seus cabelos e vi como sua vida seria diferente. Ela me deu a mão e caminhamos para o ar fresco do corredor, para mudar o futuro.



Andrômeda
(Andromeda)

Colinas azuis e ossos de giz



Cabeleira de Berenice
(Coma Berenices)

Cabelo



Taça (Crater)

60.000 milhas de sangue



Gêmeos (Gemini)

Sobre a natureza atômica
dos trimestres



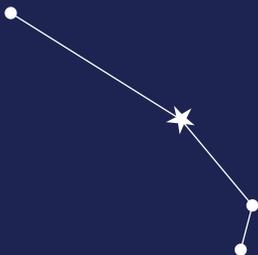
Hidra fêmea (Hydra)

Panóptico: visões do hospital



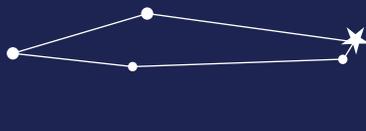
Escorpião (Scorpio)

As luas da maternidade



Áries (Aries)

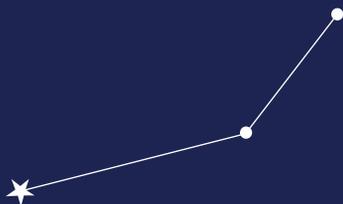
As assombrações das mulheres assombradas



O Camaleão (Chamaeleon)

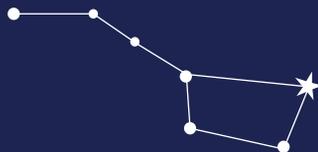
(Chamaeleon)

Onde dói?



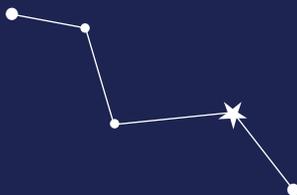
Pintor (Pictor)

A ferida emite luz própria



Ursa Maior (The Plough)

Doze histórias de autonomia corporal



Raposa (Vulpecula)

Uma não carta para minha filha



Cruzeiro do Sul (Crux)

Eu sei o que é primavera

Sobre a autora

Sinéad Gleeson é escritora de ensaios, crítica e ficção. Com esta coleção ensaística publicada em 2019, ganhou o prêmio de melhor livro do ano de não ficção do Irish Book Awards, o prêmio literário de Dalkey para escritores emergentes e foi selecionada para os prêmios Rathbones Folio, James Tait Black Memorial e Michel Déon. Editou as antologias igualmente premiadas *The Long Gaze Back: An Anthology of Irish Women Writers* [O olhar retrospectivo: uma antologia de escritoras irlandesas] e *The Glass Shore* [A costa de vidro], bem como *The Art of The Glimpse: 100 Irish Short Stories* [A arte do vislumbre: 100 contos irlandeses]. Em 2022, coeditou, junto a Kim Gordon, do Sonic Youth, a coleção *This Woman's Work: Essays on Music* [This woman's work: ensaios sobre a música]. Sinéad também colabora com artistas em performances e instalações sonoras. Sua obra já foi traduzida para vários idiomas e seu romance de estreia, *Hagstone*, será publicado em abril de 2024 pela 4th Estate. Ela vive em Dublin.

Sobre a tradutora

Maria Rita Drumond Viana é tradutora e professora de literatura na Universidade Federal de Ouro Preto. Seu envolvimento com a literatura irlandesa intensificou-se durante o doutorado na Universidade de São Paulo e o doutorado-sanduíche na Universidade de Oxford. Ainda na Universidade Federal de Santa Catarina, cofundou o Núcleo de Estudos Irlandeses e participou da organização de diversos eventos, dentre os quais o que trouxe Sinéad Gleeson para o Brasil em 2017. Para o pós-doutorado na Universidade de Toronto, voltou sua atenção para Virginia Woolf e cotraduziu, com Carol Mesquita, o ensaio *Sobre estar doente* (Nós, 2022). Fundou também o KEW – Kyklos de Estudos Woolfianos, um grupo de pesquisa que tem como objetivo dar visibilidade para quem trabalha com Woolf no Brasil. É a atual vice-presidente da International Yeats Society, dedicada à divulgação do poeta e dramaturgo irlandês, ganhador do Nobel há exatos 100 anos.

© Sinéad Gleeson, 2019
© Relicário Edições, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G555c

Gleeson, Sinéad

Constelações: Ensaios do corpo / Sinéad Gleeson; tradução por Maria Rita Drumond Viana. – Belo Horizonte: Relicário, 2023.

216 p. ; 14,5 x 21 cm.

Título original: *Constellations: reflections from life*

ISBN 978-65-89889-78-6

1. Ensaios irlandeses. 2. Mulheres – Condições sociais – Irlanda. 3. Corpo humano – Literatura. I. Viana, Maria Rita Drumond. II. Título.

CDD: 828.9915

CDU: 821.111

COORDENAÇÃO EDITORIAL Maíra Nassif Passos
EDITOR-ASSISTENTE Thiago Landi
PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO Ana C. Bahia
PREPARAÇÃO Fernanda Lobo
REVISÃO Thiago Landi



This book was published with the support of Literature Ireland.

Este livro foi publicado com o apoio da Literature Ireland.

/re.li.cá.rio/

Rua Machado, 155, casa 1, Colégio Batista | Belo Horizonte, MG, 31110-080
contato@relicarioedicoes.com | www.relicarioedicoes.com

📧 @relicarioedicoes 📘 /relicario.edicoes

1ª EDIÇÃO [2023]

Esta obra foi composta em Freight Text, Freight Sans e PP Fragment e impressa em papel Pólen Soft 80 g/m² para a Relicário Edições.